



# REVIEW OF RESEARCH

ISSN: 2249-894X

IMPACT FACTOR : 5.7631 (UIF)

VOLUME - 9 | ISSUE - 12 | SEPTEMBER - 2020



---

---

## RECORTES DO ESTADO BRASILEIRO E SUAS CONFIGURAÇÕES: DEMARÇÕES ANALÍTICAS A PARTIR DO VIÉS HISTÓRICO-CRÍTICO-SOCIAL

Ailton Batista de Albuquerque Junior<sup>1</sup>, Alexander de Alencar Matos<sup>2</sup>, Amanda Maia de Oliveira<sup>3</sup>, Anaildo Gomes dos Rez<sup>4</sup>, Andre Silva Gomes Mota<sup>5</sup>, Francisco Raimundo da Cruz Júnior<sup>6</sup>, Morgana Costa Soares<sup>7</sup>, Rosângela de Almeida Lopes<sup>8</sup>, Sarah Cristina Bentes Grangeiro<sup>9</sup>, Rachel Moraes Sales Arruda<sup>10</sup> e Tatiana Barroso Camelo Diogo<sup>11</sup>

<sup>1</sup> Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC), Ceará, Brasil

<sup>2</sup> Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC), Ceará, Brasil

<sup>3</sup> Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC), Ceará, Brasil

<sup>4</sup> Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC), Ceará, Brasil

<sup>5</sup> Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC), Ceará, Brasil

<sup>6</sup> Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC), Ceará, Brasil

<sup>7</sup> Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC), Ceará, Brasil

<sup>8</sup> Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC), Ceará, Brasil

<sup>9</sup> Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC), Ceará, Brasil

<sup>10</sup> Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC), Ceará, Brasil

<sup>11</sup> Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC), Ceará, Brasil

### RESUMO

O presente trabalho visa realizar um compêndio analítico a partir de uma pesquisa bibliográfica a fim de sintetizar as principais categorias analíticas acerca dos fundamentos do Estado brasileiro contemporâneo, a priori, colocando em pauta uma ampla vista geral da origem do Estado conforme obra de Gruppi (1996) que elenca as concepções consoante Marx, Engels, Lênin e Gramsci, aprofundando no viés marxista com ênfase no Estado Integral e Estado Ampliado de Gramsci analisado por Coutinho (1999). Exige, pensar na formação e consequências das oligarquias em que grupos políticos são reduzidos, posto que o poder é exercido por um número limitado de pessoas, grupos, famílias e partidos políticos. Coloca em pauta o liberalismo como doutrina econômica preponderante na contemporaneidade, descrevendo as consequências e múltiplas expressões da “Questão Social”. Implica descortinar os desdobramentos e consequências econômico-sócio-culturais da ditadura civil-militar-empresarial, haja vista que a mesma possui esse tripé segundo alguns autores, devido o apoio em massa ao regime que se implantou. Além disso, será abordado o golpeachment da Presidenta Dilma Rousseff e suas consequências para a democracia brasileira. Constata-se que, hodiernamente, o Brasil está inserido numa crise estrutural do modelo rentista-neoextrativista agravada devido a instauração do profascismo engendrado na proposta ultraconservadora, extrema direita e ultra neoliberal do governo Bolsonaro, a encarnar suas consequências na sociedade brasileira através da destituição de quaisquer controles democráticos, eliminado direitos sociais como saúde, educação e trabalho e moraria a partir do desmonte de legislação trabalhista, previdenciária, educacional e de saúde pública.



**PALAVRAS-CHAVE:** Crise. Golpe. Rentista-neoextrativista.

**ABSTRACT**

The present work aims to make an analytical compendium based on a bibliographic research in order to synthesize the main analytical categories about the foundations of the contemporary Brazilian state, a priori, putting in focus a broad overview of the origin of the state according to Gruppi's work (1996). ) which lists the conceptions according to Marx, Engels, Lenin and Gramsci, deepening the Marxist bias with emphasis on Gramsci Integral State and Extended State analyzed by Coutinho (1999). It requires thinking about the formation and consequences of the oligarchies in which political groups are reduced, since power is exercised by a limited number of people, groups, families, and political parties, it puts liberalism on the agenda as the prevailing economic doctrine in the present, describing the consequences and multiple expressions of the "Social Question." It implies uncovering the implications and consequences economic-socio-cultural context of the civil-military dictatorship since it has this tripod according to some authors, due to the mass support to the regime that was implemented. In addition, President Dilma Rousseff's golpeachment and its consequences for Brazilian democracy will be addressed. Today, Brazil is inserted in a structural crisis of the rentist-neoextractive model aggravated by the establishment of protofascism engendered by the ultraconservative, extreme right and ultra-neoliberal proposal of the Bolsonaro government, to embody its consequences in Brazilian society through the dismissal of any democratic controls, eliminated social rights such as health, education and work and would live from the dismantling of labor, social security, education and public health legislation.

**KEYWORDS:** *Crisis. Blow. Neo-extractive rentier.*

**1. INTRODUÇÃO**

Faz-se mister nesse prefácio delinear um amálgama de teorizações acerca da composição, gênese e institucionalização do Estado brasileiro, apontando uma visão geral no que tange à gênese do Estado na perspectiva liberal com fulcro em Maquiavel, Hegel, Hobbes, Locke, Kant e Rousseau para a *posterior*, adentrar às especificidades marxistas e analisar a formação do Estado brasileiro. Nessa acepção, a fundamentação teórico-metodológica visará transcender quaisquer linearidades ou verdades absolutas e inquestionáveis ou reducionismos da realidade brasileira, aspirando à superação de mitos, preconceitos, estereótipos, rotulações e crenças acerca da constituição da sociedade brasileira em sua dimensão social, econômica, política e cultural. Versará no tocante à crise estrutural em que o Brasil está inserido devido seu modelo de dependência rentista-neoextrativista que dará margem para deflagração e do golpe de 2016 em que a Presidenta eleita Dilma Rousseff foi deposta a fim de atender os interesses da elites burguesas brasileiras, logo o golpe foi arquitetado no contexto que Klein (2008) chama de "*doutrina do choque*" que são momentos em que o capitalismo se aproveita de tragédias, crises e fortes comoções para aplicar seus ajustes de forma desenfreada, atendendo aos interesses burgueses em detrimento de direitos sociais, políticas públicas e dignidade do trabalhador.

Nessa óptica, faz-se uma retrospectiva do Brasil do passado para se tentar compreender a sociedade, a política e as crises em suas morfologias que constituem o presente no contexto de um capitalismo na "*mundialização com dominância financeira*" (CHESNAIS, 2003), atravessado pela globalização que conforme Boaventura de Sousa Santos (1999,p.5) "o todo é igual a cada uma das partes", já Milton Santos (2018, p.7) "trata da globalização como fábula, como perversidade e como possibilidade aberta ao futuro de uma nova civilização planetária". Dessarte, esta análise histórico-crítico-social é calcada em uma plenitudes de possibilidades que estão postas na contemporaneidade.

**2. TEORIZAÇÕES DO ESTADO**

Conforme Gruppi (1996) Nicolau Maquiavel é o primeiro teórico a refletir acerca do Estado, sendo que nesta acepção o Estado significa poder que impõem aos homens. Pode-se citar como característica o poder absoluto do monarca sobre o Estado. Assim, para Bobbio (1987) a obra de O

*príncipe* de Maquiavel (1469-1527) representa um divisor de águas entre a visão moderna e a visão antiga da política, uma vez que este parte de uma análise fria do modo como de fato a política de sua época, e passada, era conduzida e não de como ela deveria ser conduzida. Após esses fundamentos de teoria moderna do Estado haverá um aprofundamento pelo filósofo inglês Thomas Hobbes com *O Leviatã* (1631), formulando a teoria de que o homem é lobo do homem. Dessa forma, todo ser humano nasce com um espírito de competição e se não for controlado por um consenso ou contrato que é o Estado, os homens podem pôr fim à vida dos seus semelhantes devido o desejo de poder, de riquezas e de propriedade, formando um Estado absoluto e duríssimo em seu poder.

Em John Locke percebe-se que o homem vive em estado natural livremente, porém, necessita colocar fim nessa liberdade a fim de conquistar a propriedade privada, haja vista que no estado natural não há essa garantia. Essa teoria também se funda no contrato que para Hobbes forma um Estado absoluto e incontestável enquanto que para Locke esse Estado pode ser dissolvido como qualquer outro contrato. Emmanuel Kant declarou que “a soberania pertence ao povo”, todavia, aduz que existem cidadãos independentes (os proprietários), a quem exclusivamente são reconhecidos os direitos políticos ativos e há também aqueles que são não-independentes (os servos). A distinção que se faz representa o alicerce do liberalismo. A liberdade entra em relação direta com a propriedade.

Rousseau, em *O Contrato Social*, declara que a sociedade tem fortes impactos sobre as pessoas e esses impactos podem ser tantos negativos como positivos, segundo ele o homem nasce bom, a sociedade é que o corrompe. Por conseguinte, o autor trabalha na perspectiva de um pacto social em que as pessoas sejam livres e ao mesmo tempo abram mão de certo nível de liberdade em favor dos direitos da coletividade enquanto para Hegel, o Estado é a vontade divina, sendo incontestável diante das vontades dos subordinados.

Acerca das categorias marxistas, Coutinho (2008) trata a teoria gramsciana da concepção ampliada de Estado nas chamadas “sociedades ocidentais”, havendo um equilíbrio no relacionamento da sociedade política e da sociedade civil, neste caso o Estado se ampliou e o centro da luta de classe está numa processual conquista progressiva de poder decisório e influenciador da sociedade civil, visando à conquista de direitos através de mobilizações, protestos, contestações já nas sociedades orientais há desenvolvimento de uma sociedade forte, sendo o Estado o máximo e a sociedade civil mínima, primitiva e gelatinosa, valendo destacar que o Brasil se encontra na fase ocidental, haja vista que existem muitas conquistas a serem percorridas pela sociedade civil em relação à hegemonia do Estado que maximiza a visão e os princípios burgueses em detrimento das classe trabalhadora.

Sobre Marx no Estado, há constante luta de classes entre burguesia e proletariado, sendo que Estado beneficia a classe hegemônica por isso “o Estado é o comitê executivo da burguesia” conforme citou Carl Marx em 1848 no *Manifesto do Partido Comunista*. Nessa perspectiva, é que Mézáros (2009) expõe: o capitalismo não se manteria sequer um dia sem as massivas e múltiplas intervenções do Estado. Marx afirma que a relação de produção tem sempre duas faces: relação de exploração econômica, haja vista que capitalismo visa o lucro desmedido de forma a ocasionar um contingente de despojados e a relação de poder que conforma a possibilidade da exploração econômica.

### 3. A REVOLUÇÃO DE 1930 E A ERA VARGAS

Há um dilema sobre uma possível revolução nos anos de 1930, considerando que alguns estudiosos afirmam que não houve revolução, mas uma permuta de poderes porque revolução no sentido real envolve a participação em massa da sociedade civil. Destarte, a esse processo Gramsci (2011) chamou de *revolução passiva*, isto é, um processo que ocorreu pelo alto sem a participação de camadas populares e de base da sociedade brasileira.

É com a industrialização que surge a “Questão Social” no Brasil, isto é, os problemas advindos do acirramento das contradições do modo de produção capitalista. Nesse contexto, Iamamoto (1999) corrobora a assertiva ao esclarece que:

A Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais colectiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (Iamamoto, p. 23, 1999).

É na lógica desenfreada do capitalismo contemporâneo que o ser humano se torna *refugio humano*, isto é, não consegue se inserir de forma plena no modo de produção capitalista, ficando à margem do sistema (BAUMAN, 2005, (sobre)vivendo de forma subalterna, aviltante e subumana. Isto dito, na perspectiva do desenfreado avanço da lógica capitalista, Carvalho (2010) acentua as novas formas de dominação cada vez mais impessoais, perversas e sutis, dominando abstrata e polifacetadamente o cotidiano das pessoas. Logo, é nesse contexto que o Brasil dar seus primeiros passos na industrialização e o desenvolvimento de legislação trabalhista com a criação da CLT em 1943 por Getúlio Vargas.

#### 4. O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO (1930 A 1954)

O nacional desenvolvimentismo mesmo carecendo de conceituação mais precisa, é visto por alguns autores como um modelo “ativo papel do Estado na promoção do crescimento por meio da rápida industrialização; na participação do Estado na produção através da criação de empresas públicas [...] (CASTRO; CARVALHO, 2003. p.45). Nessa acepção, o Presidente Getúlio Vargas inicia projetos em direção à industrialização brasileira, consolidando-se o chamado de *capitalismo de Estado*, visto que o Poder Executivo viabilizou a acumulação de capital e o desenvolvimento da indústria. Ratificando essa última premissa Carpentieri (2013, p.5) elucida colossal contribuição epistemológica ao dizer que “A perspectiva histórica das relações entre economia e política permite constatar a existência de uma relação recíproca e interdependente entre Estado e capitalismo [...]”. Isto é, uma relação simbiótica em que a economia funciona como elemento de estabilização e reprodução da política.

Por conseguinte, incontestavelmente, o lapso temporal de 1930 significou para o Brasil uma possibilidade de superação ao atraso histórico proveniente de suas raízes coloniais, tendo em vista que a crise de 1929 propiciou um projeto de desenvolvimento nacional, tentando romper com a perspectiva econômica exportadora (TAVARES; FIORI, 1996). Nessa óptica, no Brasil emergem possibilidades de reconfigurações de seu capitalismo, adentrando aos circuitos da industrialização.

O nacional desenvolvimentismo surge durante a 2ª Guerra Mundial, trazendo em seu bojo a crença de uma equalização/igualdade de condições acerca de benefícios econômicos, políticos e sociais, haja vista que a industrialização seria a *pedra de toque* para essa salutar empreitada, sendo interessante enfatizar que a gênese e desdobramentos do projeto nacional-desenvolvimentista teve origem na América Latina e no Brasil através da CEPAL<sup>1</sup>. Foi a partir dessa empreitada que no Brasil se deu destaque ao termo “subdesenvolvimento”, criado por Celso Furtado. Assim, salientado que o processo de industrialização pautado sob o capital estrangeiro se intensifica na década de 50 mais, precisamente, sob a era Juscelino Kubitschek, trocando em miúdos, nacional Bresser-Pereira (2007, p.70) resume ao argumentar que “O desenvolvimentismo foi a denominação atribuída à estratégia nacional empregada pelos países que começaram a sua industrialização nos anos 1930 ou no final da II Guerra Mundial, já que possuía um viés nacionalista que aspirava a construção do Estado”.

<sup>1</sup> Uma das cinco Comissões Econômicas criadas em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina (ALMEIDA FILHO, 2003)

Os primórdios do nacional desenvolvimentismo surgem nos anos de 1947/1951 através do entendimento da educação como uma ferramenta e instrumento de justiça social, posto que conforme Presbisch (1963) a educação deve vislumbrar todo o horizonte da sociedade, abandonando a visão reducionista econômica. Com Vargas no poder em 1950 o nacional desenvolvimentismo é tratado com maior rigor através do consubstanciamento na sua política econômica substitutiva de importação. No que tange à especificidade do período de 1930 a 1954 foi dos governos de Vargas e JK, citando que a diferença entre os dois governos estava centrada exatamente na questão do capital externo.

## 5. DA DITADURA MILITAR À REDEMOCRATIZAÇÃO (1964 A 1985)

A instauração do período militar através de um retrocesso democrático ocorreu em 1964 com um golpe que depôs o presidente João Goulart, sendo que esse regime de governo durou 21 anos, estabelecendo rigorosa a censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime.

Os militares no poder trataram de estratégias junto ao capital estrangeiro, pretendendo recuperar a credibilidade do Brasil, propondo uma agenda de austeridade fiscal consubstanciada no congelamento dos salários e desregulamentação de direitos da classe trabalhadora; maximização de impostos e tarifas dos serviços públicos; restrição ao crédito além de eliminação de gastos perdulários no governo, propondo, inclusive, e diminuição da inflação.

As consequências provocadas pelo regime militar são nefastas e deveriam ser abordadas no cotidiano escolar para que as pessoas saibam a dimensão daquele episódio, inclusive, não temos um museu que mostre o que de fato aconteceu em nossas terras. Na contemporaneidade, não é difícil ver pessoas que conclamam a instalação de um novo regime ditatorial no Brasil aos moldes da ditadura militar de 64, o que mostra que não prestamos contas com esse regime e se não fizermos isso, corremos o risco de sermos cobrados por ele ((TELES; SAFATLE, 2010). Após sucessivas crises, a sociedade civil vai às ruas nas *Diretas Já* (1983/1984) a conclamar a possibilidade de eleições diretas para o cargo de Presidente da República, sendo Tancredo Neves que venceu o pleito. Entretanto, quem assumiu a presidência foi José Sarney.

## 6. CRISE E GOLPE 2016

A pesada arquitetura do golpeachment (KLIASS, 2016) foi tecida através de um plano que depôs a Presidenta Dilma Rousseff com auxílio da mídia televisiva brasileira<sup>8</sup> constituído nos moldes da *sociedade do espetáculo* (DEBORD, 1997) haja vista que a operação Lava Jato foi utilizada como estratégia para incutir o ódio nas pessoas através de uso massivo de fake news (notícias falsas e/ou distorcidas) e da pós verdade (em que a verdade tem menos importância que os apelos às emoções). Esse processo Paulani (2012) denominou de *terrorismo midiático* no sentido de legitimar ideologicamente o golpe. Na perspectiva, Cândido Grzybowski (2017) enfatiza que esses retrocessos estão colocando a constituição brasileira no ralo, pois a mesma está configurando-se como um pacto capenga, posto que consoante previsão de Solaney (2015), no ano de 2015 estaríamos na iminência não de um golpe militar, como ocorreu em 64, mas em médio prazo, de um golpe branco [...]. Aqui se fala no impeachment, ou impedimento da presidenta”, de fato foi o que ocorreu.

Outrossim, conforme sustenta Rovai (2016): “um golpe não é, um golpe vai sendo”, isto é, são sucessivas etapas planejadas contra a parcela vulnerável da sociedade civil, expressa na classe trabalhadora, sobremodo no precariado ou proletariado precarizado que são expressões dos antagonismos de classes presentes na lógica marxista.

O que aconteceu foi um golpe político, empresarial e jurídico que atendeu aos interesses do capital mediado pela emissora Globo que a todo custo buscou acabar com imagem do PT, visto que esse partido não estava atendendo aos interesses da emissora e como se não bastasse retirar uma presidenta eleita pelo voto democrático, ainda fizeram a fogueira para que o ex – presidente Luiz

Inácio Lula da Silva fosse condenado e vetado da concorrência no pleito presidencial de 2019-2022. Percebe-se que tudo estava muito evidente acerca dos interesses que levaram o ex presidente Lula à prisão, porém, atualmente, através dos vazamentos de conversas e áudios se comprova mais uma vez as estratégias utilizadas pelo juiz Sérgio Moro para encarcerar Lula sem a menor possibilidade de livramento do cerco que foi criado para ele. Espera-se que, a justiça seja efetuada no Brasil de forma a utilizar os princípios de razoabilidade, proporcionalidade, isonomia e moralidade no que tange aos envolvidos no litígio, evitando perseguições, benefícios, favoritismo e apadrinhamento na seara jurídica.

## 7.0 ESTADO DO BRASIL NO PRESENTE

O Brasil, hodiernamente, está posto no contexto de liberdade do capitalismo em que os agentes necessitam de liberdade política e econômica para desenvolverem seus projetos (FRIEDMAN, 1988). Destarte, num viés de redução da interferência do Estado na economia através da desregulamentação de políticas públicas, privatização de serviços públicos entre outros mecanismos de superexploração da mão de obra de trabalhadores e trabalhadoras que se encontram no âmbito da constituição de um leque de trabalhadores supérfluos (CARVALHO, 2010), isto é, aqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho e quando o fazem é de maneira aviltante em empregos subumanos deteriorante da dignidade da pessoa humana.

No que tange à desregulamentação de direitos sociais, sabe-se que o Brasil possui duas das mais avançadas legislações no mundo, quais sejam, a Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) que regulamenta a educação nacional em todos os níveis e modalidades e a Lei 8.080/90 que dispõe sobre criação e execução do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo esses dois dispositivos legais extremamente avançados em nível planetário, porém como se não bastasse a perspectiva de desregulamentação nem tudo que está posto no papel se transforma em direitos efetivos haja vista que ocorre o fenômeno que O'Donnell (1993) conceitua como "*legalidade truncada*" que é a criação de legislação sem implementação, ratificando essa premissa Sposati (2003) e Telles (1999) chamam de "*direitos de papel*", tendo em vista que as leis são aprovadas, mas sequer passam pela institucionalização e pelos orçamentos públicos

Seguindo a lógica supramencionada, muitas outras legislações foram criadas, mas não colocadas em vigor, *verbi gratia*, o Código Florestal e o Estatuto da Terra que propõem mudanças significativas. Entretanto, esses dispositivos legais são considerados letras mortas. Por conseguinte, urge à sociedade brasileira a preservação dos direitos sociais que possuem através de lutas, mobilizações e resistências, não obstante, o que se tem presenciado é a erosão dos direitos sociais como retrocitado, eliminando as garantias fundamentais aos cidadãos.

A partir do golpe estabeleceu-se uma agenda de contingenciamentos e ajuste fiscal mediante a erosão de diversas conquistas sociais, por exemplo, a eliminação dos pactos anteriormente consolidados como o pacto varguista, o pacto lulista e da Constituição de 1988. Nesse segmento, diluindo marcos regulatórios que derrocam Políticas Públicas, "produzindo um contexto de (des)proteção social, insegurança e imprevisibilidade que impõe a resistência como exigência histórica" (CARVALHO, 2017). Especialistas manifestam-se ao tratar da passividade da sociedade brasileira que diante dos desmontes assiste de camarote às atrocidades expressas, inclusive, na PEC do limite com gastos em saúde e educação. Logo, expressamos uma corpulenta crítica, visto que educação é investimento e não gasto supérfluo como pensam os ideólogos do ultra liberalismo com expressão contundente da extrema direita. Rodrigues Junior e Carvalho (2018) teceram considerações sobre os ranços estruturais e políticos das instituições educacionais brasileiras. Outrossim, nessa acepção Souza (2019) prevê um governo Bolsonaro sobremodo sujo devido um saque neoliberal bem mais forte.

É uma colossal lástima ver tantos problemas na política mostrada através das diversas operações que envolvem políticos em esquemas de corrupção, não obstante, essa não é a única pauta que deveria ser discutida, uma vez que para que o Brasil pudesse superar grandes dívidas sociais, econômicas, políticas e culturais com a população, deveria haver outras reformas, dentre elas, as

fiscais, políticas, agrárias, previdenciárias etc., todas elas com a participação efetiva da sociedade civil como outrora propusera a Constituição Federal de 1988, haja vista que condizente com Souza (2019) a corrupção é apenas uma gota no oceano no contexto de tantos problemas estruturais na constituição da morfologia da sociedade brasileira.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o Brasil está inserido na lógica da financeirização e mundialização do capital, possuindo um modelo de ajuste denominado rentismo- neoxtravismo, sendo uma economia dependente, posto que está engendrado na financeirização que se traduz no domínio das finanças a fim de obter a melhor taxa de lucro através da superexploração e no extrativismo intensivo de *commodities* e minerais. Nesses circuitos, a sociedade ver-se confrontada com propostas e pautas ultraliberais como a reforma da previdência em que atingirá todo um leque de trabalhadores e trabalhadoras por meio do aumento da idade e do tempo de contribuição para aposentadoria e a redução do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para meio salário mínimo, entre outras afrontas ao proletariado brasileiro.

É visível o desejo de interferência dos partidos políticos de direita e extrema direita na liberdade de cátedra e autonomia docente nas Universidades, escolas e Institutos Federais de Educação, haja vista que propuseram a criação do Projeto de Lei *escola sem partido*, banalizando a liberdade de expressão dos professores e professoras, visto que o projeto propõe a proibição de docentes abordarem em sala de aula, assuntos relacionados à política e outros temas que são tabus para os conservadores da sociedade brasileira como sexualidade, gravidez, identidade de gênero e orientação sexual. São essas bancadas fundamentalistas que engavetaram o Projeto de Lei 122/06 que criminalizava a homofobia e hoje critica, veementemente, a posição do STF que em momento histórico veio a criminalizar a homofobia, colocando-a no rol de crimes equiparáveis com fulcro em raça, cor, etnia, religião e procedência nacional de acordo com a lei 7.716/89.

Diante da realidade em que o Brasil se encontra urge que a sociedade civil encontre formas de mobilização e participação nas decisões políticas através de plebiscito, referendo, participação nos conselhos (os poucos que ainda existem) e outras formas de chegar nas arenas políticas, exigindo direitos para sujeitos invisíveis socialmente. Portanto, durante março de 2020, a sociedade mobilizou-se através de greves gerais que incomodaram o governo Bolsonaro, posto que o mesmo chegou a citar que os professores que estavam organizando esse movimento, estariam provocando uma lavagem cerebral em que levou os alunos a serem domesticados e doutrinados, inclusive, na época, o MEC emitiu constantes notas contra os posicionamentos dos professores que participaram dessas manifestações, além de contingenciar recursos num percentual de 30% como forma de punir as universidades brasileiras por utilizarem o direito de se expressarem e exigir melhorias substanciais na educação.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N. O Desenvolvimento da América Latina na Perspectiva da CEPAL nos Anos 1990: correção de rumos ou mudança de concepção? In: FERRAZ, J. C.; CROCCO, M.; ELIAS, L. A. (org.). **Liberalização econômica e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Futura, 2003.
- AMORIM, P.H. **O quarto poder: uma outra história**. São Paulo: Hedra, 2015.
- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Trad. Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 11 jun.2019.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo Desenvolvimentismo e Ortodoxia Convencional. In: Eli Diniz. (Org.). **Globalização, Estado e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

- CARPENTIERI, José Rafael. **Desenvolvimento e crise: a trajetória do nacional-desenvolvimentismo. Revista direito mackenzie**,v.7,n.1,p.150-171.Disponível em: [file:///C:/Users/User\\_01/Downloads/6798-Texto%20do%20artigo-27815-1-10-20140324.pdf](file:///C:/Users/User_01/Downloads/6798-Texto%20do%20artigo-27815-1-10-20140324.pdf). Acesso em: 06 set. 2020.
- CARVALHO, A.M.P. **Políticas Públicas e o Dilema de Enfrentamento das Desigualdades: Um olhar Crítico sobre a América Latina no Século XXI. Poder e Políticas Públicas na América**,2010.
- CARVALHO, A.M.P. **Análises de Conjuntura e Crise do Estado. In: Universidade Federal do Ceará- Aula Inaugural no Campo das Políticas Públicas. Fortaleza: UFC, 2017.**
- CASTRO, M. F; CARVALHO, M. I.V. **Globalization and Recent Political Transitions in Brazil. International Political Science Review**, v.24, n.4, 465 - 490, 2003.
- CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.
- COUTINHO, C. Gramsci. **Um estudo sobre o seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- COUTINHO, C. N. O Estado brasileiro: gênese, crise e alternativas. In: **Contracorrente: ensaios sobre a democracia e socialismo**.2ªed. Rev.e atual. São Paulo: Cortez, 2008.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Nova Cultral, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GRUPPI, LucianoL.. **Tudo começou com Maquiavel** – trad. de Dário Canali. 14. Ed. Porto alegre: L&PM, 1996.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Os limites da democracia brasileira.** Le Monde Diplomatic Brasil. Edição 120 – julho 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-limites-da-barbarie/> . Acesso em: 04 set.2020.
- HOBBSAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre.** Trad. Vania Cury – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KLIASS, P. **O golpeachmente as expectativas.**2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-golpeachment-e-as-expectativas/7/36069>. Acesso em: 06 set. 2020.
- PAULANI, Leda. **A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história.** Boletim de Economia Política Internacional, Brasília, DF, n. 10, p. 11, abr./jun. 2012.
- PREBISCH, Raúl. **Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano.** México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1963.
- LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Recordações do escrivão Isaías Caminha.** 5.ed. São Paulo: Ática, 1971.
- LUZ, N. V. **A luta pela industrialização do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.
- O'DONNELL, G. **On the state, democratization and some conceptual problems: a latin American view with glances at some postcommunist countries.** *World Development*, 21, 8: 1355-69, 1993.
- RODRIGUES JUNIOR, Natan dos Santos; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Brasil do século XXI: Governo Temer, ofensiva neoliberal e superexploração do trabalho.** In:ROCHA, Rozimar M; FRANÇA, Aurilene; ZIENTARSKI, Clarice; RODRIGUES, Eliane; VIDAL,Janio N. (orgs). **Capitalismo contemporâneo e educação brasileira: aspectos controversos e atuais.** Fortaleza: Expressão gráfica, 2018.
- ROVAI, Renato. **Golpe 16.** São Paulo: Publisher Brasil, 2017.



- SOLANEY, Expedito. **Março de 2015 não é Março de 1964**. Central Única dos Trabalhadores – CUT, 1ºabr. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/User\_01/Downloads/9619-27391-1-SM.pdf. Acesso em: 06 set.2020.
- SANTOS, B. **S.O todo é igual a cada uma das partes**. Revista crítica de Ciências Sociais nº 52/53. Novembro, 1988/Fevereiro de 1999.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- SPOSATI, A. **Regulação social tardia: características das políticas sociais latino- americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio**. *Caderno Ideação*, II Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 2003.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso – da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- SOUZA, Jessé **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, suas realidades**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- TELLES V. S. **A "nova questão social" brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade**. *Caderno Crh*; 30/31:85-110, 1999.